NOVELLAE OLIVARUM

ANO XV NÚMERO 153 JUNHO 1958

I — PESSOA HUMANA — P. Honorato Rosa 177

ANTIGUIDADE DA ACÇÃO CATÓLICA — Carlos Borges 185

A ARTE CRISTÃ NO SEU VALOR HISTÓRICO — Albino Cleto 193

II — AS ACTIVIDADES PESSOAIS 199

CRÓNICA 207

NOVELLAE OLIVARUM

Director — JOÃO RODRIGUES
Redactores — HELDER VERÍSSIMO F. — MÁRIO FERREIRA BACALHAU
Administradores — CARLOS A. SIMÃO — ANTÓNIO HENRIQUE OLIVEIRA
Proprietário e editor — ANTÓNIO DE JESUS ESCUDEIRO

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS
COM A APROVAÇÃO DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA

Tipografia - Escolas Profissionais Salesianas - Oficinas de S. José - Lisboa

FUNDADA EM 1756

VINHO PARA MISSA

"Cenáculo"

Com a aprovação de S. Exa. Revmo. o Snr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

PORTO
Rua das Flores, 69

LISBOA
Praça dos Restauradores, 14

Sociedade Industrial Metalúrgica

S.A. R. L.

SERRALHARIAS

Rua de S. Tiago, 13 — LISBOA

União Gráfica

S. A. R. L.

Sede: Rua de Santa Marta, 48

LISBOA

Livraria
As últimas novidades literárias.

Tipografia
Execução perfeita de todos os trabalhos tipográficos.

Editorial
Numerosas obras de grande interesse. Editora dos apreciados romances de **Nuno de Montemor.**

Objectos religiosos
O maior sortido, aos mais baixos preços.

Paramentaria
Confecção de paramentos que se impõem pela sua qualidade e esmerado acabamento.

Proprietária
do Diário **Novidades,** da revista de actualidades **Flama,** do Semanário **A Guarda** e da publicação bi-mestral **Selecção Documental.**

C. SANTOS

LANIFÍCIOS

SORTIDO COMPLETO DE LANIFÍCIOS PARA O REVMO. CLERO, SEMINARISTAS, COLEGIAIS, ETC.
QUALIDADES PARA TODOS OS PREÇOS.
EXCLUSIVOS - SECÇÃO DE CACHECÓIS E LANIFÍCIOS DE COR

DESCONTOS E PRAZOS

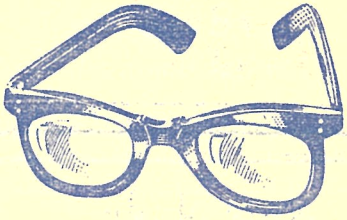
COVILHÃ

DEFENDA A SUA VISTA

USANDO LENTES E ARMAÇÕES DE 1.ª QUALIDADE

CASA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE RECEITAS MÉDICAS

ÓCULOS, ESTOJOS, LUPAS, BINÓCULOS, TERMÓMETROS, BARÓMETROS, ETC.

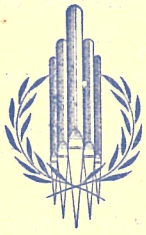


CONCEDEMOS O DESCONTO DE 40% A TODO O EXMO. CLERO E FAMÍLIA

OPTICAL, LDA.

PORTAS DE STO. ANTÃO, 30 - 2º - TELEFONE 367762 - LISBOA

(ANTIGA RUA EUGÉNIO DOS SANTOS)



ORGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

VATICANO

Casa Ruvina

RUA FORMOSA, 173 — PORTO

I

A PESSOA HUMANA[1]

A Filosofia actual toma como ponto de partida a existência concreta do «eu» consciente.

Este ponto de partida é seguro: Já Santo Agostinho mostrava aos cépticos do seu tempo que, embora de tudo quisessem duvidar, da sua própria existência consciente não podiam duvidar.

Este ponto de partida é largo: A nossa consciência não está fechada sobre si, mas aberta a toda a realidade. Quanto mais entro em mim, mais me vejo relacionado com os outros, com o mundo e com Deus.

QUE ENCONTRO NA ANÁLISE DA CONSCIÊNCIA?

A revelação do objecto: A consciência é **«intencional»,** isto é, aponta sempre para algo que está para além dela (nisto reside o «mistério» tanto do conhecimento como da afectividade). Se penso, penso em algo; se estimo, estimo alguém. A consciência é sempre consciência de alguma coisa («elle colle au réel»); «consciência de nada» é um «nada de consciência» (Sartre).

A revelação do sujeito: Ao mesmo tempo que conheço o objecto, **conheço-me** como conhecedor do objecto, isto é, sei que sou **eu** quem o conhece; eu que permaneço idêntico a mim próprio no tempo (lembro-me do que fui na infância, tenho remorso do mal que pratiquei, sinto o benefício de me ter cultivado...) e no espaço (estava ali, estou aqui eu mesmo). A consciência não é impessoal, é de um sujeito — «consciência de si».

Sartre pensa que a consciência é «pura intencionalidade», que toda se esgota no objecto e por ele exclusivamente se determina.

Isto é **verdade no animal,** todo dominado pelo seu instinto, nele absorvido: «o animal é o seu instinto» (Frankel).

Isto é, **por vezes, verdade no homem:** excepcionalmente a «consciência de si» pode estar submersa na «intencionalidade» — o homem então perde-se no objecto. Acontece assim quando se está fascinado, nos movimentos de paixão, nos gestos habituais (estes, aliás, são-nos imprescindíveis: ai de nós se tivéramos de pensar cada gesto ao andar, ao vestir, ao escrever...). Nestes casos não damos por nós no que estamos a fazer.

---

[1] Pelo interesse que têm, sobretudo para os alunos dos últimos anos, pedimos ao Senhor P.e Honorato Rosa que nos autorizasse a publicação dos esquemas de algumas das suas lições de Filosofia. Publicamos ainda após cada lição o questionário que serve de base à discussão.

Ordinàriamente, porém, **a «consciência de si» acompanha a «intencionalidade»**, permitindo o distanciamento entre o objecto e nós, distanciamento em que assenta a reflexão, em que se origina a liberdade. Eu **não sou** as minhas tendências, **tenho** tendências. Por isso posso dar-me conta de uma tendência minha (vg. ao alimento, no estado de fome), da presença do objecto que satisfaria essa minha tendência (o alimento) e recusá-lo (por penitência, por caridade, por preocupação estética...)

Note-se que o eu, sujeito da consciência, pode ser também o objecto da consciência: eu penso em mim (penso-**me**), estimo-**me**, vejo-**me**...

Entretanto o eu-sujeito transcende o eu-objecto; a minha existência não é cristalização num estado (eu-objecto), é «devir», no sentido de um ir além do que sou.

Portanto:

nem desânimo ao reconhecer em mim defeitos, físicos ou morais (Roosevelt conhecia-se paralítico e tornou-se o Presidente da América)

nem auto-adoração ao reconhecer-me qualidades de qualquer ordem.

Uma e outra destas atitudes negam a transcendência, imobilizam o eu-sujeito no eu-objecto de um momento, atraiçoam a condição humana.

O EU É UMA REALIDADE ESPIRITUAL

Ao pretendermos caracterizar o ser duma realidade espiritual podemos colocar-nos numa atitude de negação ou em atitude de afirmação. Assim:

Negativamente — diz-se de uma realidade que ela **«é espiritual»** quando ela no seu existir e no seu operar não depende intrìnsecamente da matéria.

Deve, entretanto, notar-se que a palavra «matéria» se não emprega em Filosofia com sentido exactamente igual ao que lhe atribuem os Físicos: para estes «matéria» equivale a «massa» (vg. chamam «desmaterialização» à conversão de massa em energia e «materialização» à conversão de energia em massa); em Filosofia chama-se «matéria» a tudo aquilo que necessàriamente está sujeito ao espaço-tempo.

«Espiritual» é, portanto, o que se situa para além do espaço-tempo.

Positivamente — diz-se de uma realidade que ela **«é espiritual»** quando ela é capaz de «possuir-se a si mesma», de existir «para-si», isto é, de saber o que é e de ser o que quer.

Ora eu verifico que tanto ao pensar como ao realizar actos livres transcendo o espaço-tempo e me possuo a mim próprio.

Efectivamente:

a) **Quanto ao pensamento** — numa síntese única tenho presente, num dado momento, o passado (pela recordação) e o futuro (pelo projecto); torno-me presentes pelo pensamento lugares onde não estou fisicamente e alheio-me muitas vezes daquele em que fisicamente estou; conheço, abstraindo completamente do espaço-tempo, qualidades e relações das coisas com que contacto; elevo-me à me-

ditação de ideais e de realidades que estão inteiramente fora do espaço-tempo, como vg. a verdade, o direito, a justiça, Deus.

b) **Quanto ao exercício da liberdade** — sinto-me responsável pelo «sentido» da minha vida, pelo «valor» dos meus actos. Sou, em verdade, **«autor»** deles e não simples palco onde eles se desenrolam. Em parte maior ou menor sei quem sou e o que sou e torno-me aquilo que decido ser.

Como o termo «liberdade» é dos mais comumente empregados em Filosofia e porque neste curso muitas vezes nos vamos servir dele, importa que desde já nos demos conta dos significados, vários e complementares, em que ele se usa.

A traços largos, poderemos começar por distinguir duas grandes linhas de liberdade:

Execução:
liberdade na linha da acção (no exterior)
liberdade na linha do querer (no interior).

Se encararmos a linha da execução, q. d. da acção exterior ou comportamento, distinguiremos:

1) **Liberdade física** — «ausência de cerceamento» de ordem física, quer externa ao organismo (vg. indivíduo que não está «preso») quer interna ao organismo (vg. indivíduo que não está tolhido, paralítico).

2) **Liberdade social** — «ausência de cerceamento» provindo de lei ou de regíme sancionado (vg. as chamadas «liberdades políticas» como a de associação, a de ensino, a de imprensa, a de prática religiosa, etc.). A lei restringe o arbítrio de cada um em favor da liberdade de todos.

3) **Liberdade moral** — «ausência de cerceamento» provindo da «lei moral» (vg. para um católico é «livre» a assistência à Missa nos dias de semana, mas não nos domingos, em que é «obrigatória»).

Este sentido é absolutamente impróprio: as obrigações morais não são restrições para a liberdade mas orientações para a liberdade. Só nos sentimos cerceados pela Moral quando não somos — e porque não somos — santos. O santo tem, como diz São Paulo, «a liberdade dos filhos de Deus». Lindamente escreveu Santo Agostinho: «Ama e faze o que quiseres» (que nada farás contra Deus, contra a Moral).

4) **Liberdade-emancipação** — é a plenitude existencial, presente quando se realizaram todas as possibilidades, quando se triunfou de todos os obstáculos, quando se atingiu a inteira maturidade. Vg. executa-se «livremente» um trecho ao piano quando já se não dá pelas dificuldades da execução; o homem age «livremente» quando se desembaraçou das paixões; ou, ainda, quando de escravo da Natureza se tornou senhor dela pela Ciência e pela Técnica.

Marx escreve, neste sentido, que o fim da História é a «liberdade» do homem, pela supressão das «alienações» que pesam sobre ele (alienações económicas e ideológicas).

O conteúdo desta «plenitude existencial» varia, claro, consoante a ideia que se faz do homem: comparem-se a este propósito São Paulo e Nietzsche por exemplo.

Se encararmos agora, não a linha da execução, mas a **linha do querer,** teremos a

Liberdade em sentido próprio (implicado mais ou menos em todos os significados precedentes) — é a possibilidade que o homem tem de se realizar, determinando-se a si mesmo, dando «sentido» à sua vida, transpondo os obstáculos que surjam; é a possibilidade que o homem tem de, havendo reconhecido e por vezes criado «valores», os assumir e promover.

É esta liberdade que fundamenta a responsabilidade, que nos arranca ao anonimato, que nos faz sentirmo-nos «pessoas».

O EU É UM ESPÍRITO ENCARNADO

(«Je suis un je qui est au monde par son corps» — Merleau-Ponty)

Somos espírito, mas somos também matéria. E a matéria é para as nossas actividades espirituais, portanto para o exercício do nosso pensamento e da nossa liberdade, ao mesmo tempo, um **limite** e um **apoio.**

Segundo Sartre, há uma oposição radical entre o «pour-soi» (= a consciência), lucidez absoluta e absoluta liberdade, e o «en-soi» (= mundo material), total densidade e determinação.

Recusa-se, pois, a admitir que a liberdade é, em nós, limitada pelo facto da encarnação, por ter de exercer-se em «dada situação». Por exemplo: Vou por um caminho e deparo inesperadamente com uma **barreira intransponível**... Diz Sartre: a barreira só é intransponível se houver da minha parte «intenção» de transpô-la...; se eu não tiver tal «intenção» já não existe para mim tal barreira intransponível. Vê-se, pois, que a existência da barreira — intransponível — depende da minha liberdade.

No entanto uma análise, sem preconceito, da conduta humana mostra que a liberdade não é a nascente de **toda** a significação, de **todo** o «sentido» de uma reacção ou atitude minha. Nesta haverá que distinguir:

a) **Um elemento objectivo** que pré-existe ao meu «projecto» livre e se prende à relação corpo-mundo (que não depende de mim). Antes de qualquer minha livre «intenção» de transpor a barreira, há **já,** entre ela e mim, uma «significação»: ela é-me intransponível (ainda que, por ventura, eu tivesse pensado ir além por não contar com a existência de tal barreira).

b) **Um elemento escolhido,** vindo do meu projecto livre. Este «projecto» encontra as suas possibilidades de realização e os seus limites no primeiro elemento.

Eu sou senhor da atitude que tomo ante a relação que o meu corpo tem com o mundo, mas tal relação é independente de mim. Exemplificando: a doença paralisa-me: posso assumir ante o facto uma atitude de revolta ou uma atitude de aceitação — mas o facto impõe-se-me.

O **«meu corpo»** é suporte de uma perturbante ambiguidade porque, simultânea e indivisamente, é um **objecto** do mundo e um constitutivo do **sujeito** que eu sou, susceptível, pois, de ser encarado objectivamente (vg. ao examinar-se uma chapa radiográfica) e subjectivamente (na experiência vivida, cenestesia, dor física).

O «meu corpo» é parte do mundo: por isso estou submetido às leis da matéria, ao determinismo físico (gravidade, assimilação, etc.).

O «meu corpo», por outro lado, não pode considerar-se como puro objecto entre os demais objectos do mundo:

a) Dos objectos do mundo tenho, ou posso ter, um conhecimento temático; do meu corpo tenho um conhecimento vivido.

Sou, em parte, capaz de «tematizar» o meu corpo, mas nunca totalmente: daí a estranheza e o mal-estar que sinto ao encontrar-me ante mim objectivado, vg. ao escutar uma gravação da minha voz...

b) Os objectos do mundo tenho-os por «apropriação»: torno-os meus e posso deixá-los. A apropriação afirma uma distância entre mim e as minhas coisas.

O «meu corpo» tenho-o por «implicação»: é algo do eu existente, não posso depô-lo à vontade. Está entre o ser e o ter (Marcel): em rigor não «tenho» o corpo, visto que o meu corpo é eu; em rigor não «sou» o meu corpo porque me não reduzo a ele nem ele é o meu constitutivo a título primordial.

c) Os objectos do mundo são-me «instrumentos» («utensilidade» das coisas): o meu corpo não me é instrumento (porque os instrumentos supõem e prolongam as possibilidades do sujeito) mas sim o que me permite empregar instrumentos.

O EU, ESPÍRITO ENCARNADO, É UMA PESSOA FINITA

«Pessoa» significa que se é um ponto de partida, um centro de iniciativa e de atribuição, uma responsabilidade, um criador.

«Finito» quer dizer limitado.

Ora fàcilmente nos damos conta de que nem tudo em nós é obra nossa; a nossa iniciativa e a nossa responsabilidade quanto ao que somos e fazemos estão longe de ser totais: somos, pois, pessoas finitas.

O carácter de «pessoa» compete a todo o nosso ser em virtude do espírito; o limite advém a todo o nosso ser em razão da matéria.

Não se pense, entretanto, à maneira de Platão, que o corpo é para o nosso espírito um «cárcere», um obstáculo, um cerceamento. Ele é também, e principalmente, um **«apoio»**: toda a nossa actividade espiritual assenta na matéria, tem-na como base, como condição. A união com o corpo limita o campo do conhecimento e da liberdade; mas, dentro desses limites, permite-lhe atingir perfeição, profundeza que sem ele não teria.

Daqui que se não possa cuidar de um aperfeiçoamento humano desconhecendo, ou menosprezando, o corpo e a sua relação ao mundo: é aperfeiçoando o

mundo que nos aperfeiçoamos, é humanizando o mundo que nos tornamos a nós próprios mais humanos.

Não caiamos no errado **dualismo** cartesiano, pensando-nos um espírito mais um corpo. Não há justaposição, mas unidade. A pessoa humana é o «eu» total que visto de fora aparece como um «corpo vivificado por um espírito» (animal racional); visto de dentro como um «espírito encarnado».

QUESTIONÁRIO

— Quando se fala de «filosofia actual» a que correntes filosóficas nos reportamos? Pode citar alguns nomes representantes dessas correntes?
— Quem são os «cépticos»? Porque é que é impossível que alguém duvide de sua existência?
— Será justificável que se parta do «eu» como fazem os modernos filósofos?
— Que nos revela primeiramente a análise da consciência?
— A que se chama «intencionalidade»? Qual a corrente de filosofia contemporânea que mais insiste na «intencionalidade» da consciência?
— Que é o sujeito do conhecimento? Qual a função do sujeito no conhecimento?
— Sartre terá razão ao indentificar a consciência com a intencionalidade?
— O abandonar-se o homem à sua emotividade ou instintividade será atitude construtiva?
— Atitudes de complacência no que se é ou de desânimo serão filosòficamente justificáveis? Porque traem tais atitudes a condição humana?
— Que significa etimològicamente a palavra «espírito»?
— E, na realidade, que sentido tem o termo?
— Em que se opõe o «espírito» à «matéria»?
— Como mostra o homem que o seu «eu» é uma realidade espiritual?
— «Espírito» e «alma» serão a mesma coisa?
— Qual é a origem de um «espírito»?
— E pode um «espírito» deixar de existir? Como?
— Que liberdade há entre
liberdade na linha da execução
liberdade na linha do querer?
— Que relação vê entre ambas? Qual define a nossa responsabilidade moral?
— Em qual das duas linhas se situa a «liberdade física»? Em que consiste? A que se opõe? Exemplos.
— E a «liberdade social»? Em que consiste? A que se opõe? Exemplos.
— E que sentido tem a expressão «liberdade moral»? A expressão é feliz? Porque é que a lei moral não restringe, mas orienta a liberdade? De onde vem que nos pareça restrição o que só é orientação? Fazer o «mal» é usar de liberdade? Pode haver liberdade sem possibilidade de fazer o mal?

— Que entendem marxistas, existencialistas e personalistas cristãos por liberdade-emancipação? Que é que se opõe?
— Serão aceitáveis os seguintes versos de Botto:

O homem não nasce livre,
Torna-se livre — é diferente...

Não partir da liberdade
Mas caminhar para ela;
Só assim o homem de hoje
Poderá vir a merecê-la.

Como interpretá-los?

— A liberdade de querer em que consiste?
— A responsabilidade está ligada à liberdade de execução, à liberdade de querer ou a ambas?
— Tudo na nossa vida dependerá — e dependerá exclusivamente — da liberdade de querer?
— A expressão «o sentido da vida» que quer significar?
— Que diferença há entre «ser livre» e «fazer o que apetece»?
— Porque é a liberdade o centro, ou fulcro, da personalidade humana?
— Que é que verdadeiramente nos confere «valor»: as qualidades físicas, as qualidades intelectuais ou as qualidades morais? E porquê?
— Numa actividade minha **tudo** dependerá do meu querer?
— Pode indicar alguns dos constituintes da «situação» em que a sua liberdade (ou a nossa liberdade) se exerce?
— O facto de eu me encontrar «situado» no mundo deriva de mim enquanto ser espiritual ou enquanto ser corpóreo?
— A relação entre o meu corpo e o mundo depende, inteiramente ou ao menos em parte, do meu querer?
— O meu corpo fará parte do mundo à maneira dos simples objectos materiais?
— Pode falar-se de um duplo conhecimento que o indivíduo humano tem do seu corpo?
— Que diferença vai de um conhecimento «vivido» a um conhecimento «temático»? Porque se lhes dão tais nomes?
— Que diferença vai da «apropriação» à «implicação» — e por qual destes modos é «meu» o corpo?
— Porque é que, em rigor, não posso falar do meu corpo como de um instrumento de que me sirvo?
— Que significa o termo «pessoa»? Sabe qual o significado inicial da palavra? Que traduz ela?
— Como, ou em que, nos damos nós conta de sermos finitos?
— Haverá outras pessoas para além dos homens? E para aquém?
— «Pessoas infinitas» sabe a razão humana se as há? Sabe-lo-emos por via não racional?

— De que advém ao ser humano o seu carácter de «pessoa»? E o carácter de «finito»? Pode exemplificar alguns limites do existir humano?
— Em que momento da sua existência começa o homem a ser pessoa? E a viver como pessoa em sentido rigoroso?
— O estado perfeito da alma humana é o de união, ou o de separação, em relação ao corpo?
— A matéria é um «mal» de que temos de nos libertar ou um bem que devamos agradecer?
— O corpo terá «valor humano» pròpriamente dito? A cultura humana poderá limitar-se a ser cultura intelectual e moral?
— Poderá dizer-se em rigor que o homem é alma e corpo?

ANTIGUIDADE DA ACÇÃO CATÓLICA

Cristo pregou no seu meio, aos seus contemporâneos, Judeus e mesmo não Judeus. Era Ele o Apóstolo por excelência. Apóstolo porque enviado do Pai, Apóstolo porque levava o testemunho que recebera do Pai e Apóstolo porque todo Ele era testemunho. Os não Judeus que alguma vez ouviram Jesus, parece que escutaram as suas palavras com mais avidez e humildade que os próprios Judeus. Estávamos em Jerusalém, como narra S. João no cap. XII e havia alguns Gregos entre os que tinham subido para fazerem pela Festa a sua adoração.

Foram eles ter com Filipe, que era de Betsaida da Galileia e fizeram-lhe este pedido: «Senhor, nós queríamos ver Jesus». Cristo porém fora enviado só «às ovelhas perdidas da Casa de Israel». As restantes que se não sentiam filhos da promessa — aproximaram-se de Filipe e este vai dizê-lo a André, e Filipe e André vão por sua vez dizê-lo a Jesus...

Se por graça especialíssima o próprio Deus chamava o povo Judeu a Si, ao Seu Reino, rejeitando esse dom, fechavam os olhos à Luz e permaneceram na sua cegueira. «Mas como os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seus donos e porque quantos receberam Jesus deu-lhes Deus poder de se tornarem seus Filhos, nós também fomos olhados com olhar de misericórdia. Para nós veio Paulo e entre nós, na Roma gentílica se assentou a rocha sobre que Cristo fundou a sua Igreja. O Senhor, em certo sentido, deu o pão dos Filhos aos cães. Muitos destes não o apreciaram e lançando mão daqueles que comeram esse pão, crucificaram-nos e lançaram-nos às feras. O fermento porém permaneceu e crescendo sempre, levedou toda a massa. Era a acção de Deus que fazia levedar a massa num trabalho divino e humano porque feito por homens com Deus para homens sem Ele. Foi a primeira acção, católica sem dúvida porque no prolongamento daquela palavra do Senhor: «ide e ensinai todas as gentes».

Os cristãos conheciam-se pela maneira como viviam. Os mesmos pagãos se admiravam exclamando: «vede como eles se amam».

Põe-se aqui uma pergunta: seria essa irradiação cristã apostólica, Acção Católica? Pio XI afirma que existiu desde os alvores do Cristianismo o elemento genérico da Acção Católica. Que poderemos nós entender verdadeiramente por A. C.? Será ela tão antiga como a Igreja?

Em sentido primeiro ou seja a Acção Católica de exercício que é todo aquele apostolado exercido pelos fiéis fora da Igreja, acção essa que é a expressão da própria vida de cada um na Igreja, existiu sempre. Da afirmação passaremos sem mais à sua verificação.

OS LEIGOS E A SUA ACÇÃO NA IGREJA PRIMITIVA

«O espírito de apostolado e a conquista das almas, foram verdadeiramente as características da Igreja primitiva».

O «ide e ensinai todas as gentes» dirigido aos Apóstolos em primeiro lugar, competia também aos simples fiéis. Estes podiam trazer os pagãos à Igreja embora os não fizessem membros da Igreja. Daqui nasce a distinção essencial entre o clérigo e leigo e, como corolário, a distinção entre apostolado hierárquico e apostolado leigo. Foi o próprio Senhor Jesus quem criou essa distinção. Depois de ter despedido a multidão Jesus subiu ao monte. «Chamou pessoalmente aqueles que pretendia e eles vieram ter com Ele. Estabeleceu doze para andarem com Ele e os mandar em pregação, com o poder de expulsarem os demónios.» Constituia-os assim enviados especiais do Divino Enviado, com poderes plenos. Alguns autores querem ver em S. Lucas X o chamamento e a missão confiada aos apóstolos leigos. Diz-nos o texto sagrado: «depois disto, designou o Senhor outros setenta e dois e mandou-os dois a dois à sua frente, a todas as cidades e lugares aonde Ele havia de ir». Sem dúvida que os discípulos não pertenciam à hierarquia de ordem; mas poderá concluir-se daí com certeza que era um apostolado leigo autêntico?

Há outros passos porém que não dão margem a controvérsia. A samaritana depois de convertida fez apostolado. O gesareno, as piedosas mulheres que acompanhavam Jesus, o cego de nascença etc. O apostolado leigo, podemos dizê-lo, teve os seus inícios no próprio Evangelho.

NA IGREJA APOSTÓLICA

«A cristianização do mundo pagão, como diz Pio XII foi obra de milhares de fiéis cristãos cujos nomes desconhecemos hoje, que se esforçaram por abrir caminho à verdade evangélica...» S. Paulo, nas suas Cartas, refere-se com reconhecimento e carinho a estes apóstolos leigos, libertos ou escravos como Andrómico, Flégon, Rufo, Persis e Hermas. Na Carta aos Romanos, lembra Trifena e Trifosa «que trabalham no Senhor...» Prisca e Áquila «meus cooperadores em Jesus Cristo» e não se esquece de pôr em evidência uma mulher «saudai Maria a qual trabalhou muito entre vós».

Era a força virgem do Cristianismo que fecundando as almas desses pagãos e dessas pagãs fazia brotar delas frutos de caridade, de abnegação e de heroísmo. Como que a coroar todo este esforço e a dar alento aos fiéis para novas lutas, vem a célebre palavra de S. Pedro: «Vós porém sois uma geração escolhida, um sacerdócio real, uma nação santa, um povo de aquisição para que publiqueis as perfeições daquele que das trevas vos chamou à sua luz admirável». Os cristãos em geral serão em certo sentido um sacerdócio real porque eles oferecerão com Cristo-Sacerdote a Deus Pai um sacrifício de louvor». Jesus, afirma S. João, ama-nos e lavou-nos dos nossos pecados pelo seu sangue, e fez de nós um Reino de sacerdotes para o seu Deus e Pai». Na celebração da Santa Missa o Sacerdote que preside

diz muitas vezes: «Senhor nós Vos oferecemos», parecendo com isto indicar que associa a si toda a assembleia cristã.

No ano 95 ao escrever aos Coríntios, S. Clemente Romano afirma: «Ao sumo-sacerdote foram conferidas funções particulares. Aos sacerdotes foram marcados lugares especiais, aos levitas incumbem serviços próprios. Os leigos estão ligados por preceitos particulares dos leigos». Distinção clara entre leigo e clérigo.

Clemente de Alexandria, Orígenes, Tertuliano e S. Cipriano falam igualmente de leigos e padres. S. Agostinho ao comentar as palavras do Senhor: «sede perfeitos como vosso Pai Celeste é perfeito», diz: «estas palavras de Jesus Cristo devem ser acolhidas não só pelas virgens, mas também pelas pessoas casadas, não só pelas viúvas mas também por aqueles que têm família, não só pelos eclesiásticos mas também pelos leigos».

A distinção nunca significa diminuição do estado laical, porque o baptismo, como afirma S. Jerónimo, «é o sacerdócio do leigo». Pelo baptismo o cristão participa na vida própria da SS. Trindade. «É evidente, diz S. João Crisóstomo, que Jesus Cristo não empregou os nomes de religiosos e seculares. O mundo perde em nós imaginarmos que só os religiosos devem fazer grandes esforços por levar uma vida perfeita, coisa que seria permitido aos leigos negligenciar». Clérigos e leigos devem ser perfeitos. A perfeição inclui já um desejo ardente de se comunicar, segundo aquele velho adágio escolástico: «bonum est diffusivum Sui».

«Se todos os homens quisessem ser cristãos, os próprios cristãos se oporiam». Orígenes responde a esta afirmação: «é isto manifestamente falso pois que os cristãos tanto quanto podem se devem esforçar por espalhar a sua doutrina até às extremidades da terra». S. Agostinho apelida de perversidade o facto de não se olhar para as almas dos outros. «Há homens, afirma, que levam a perversidade até ao ponto de dizerem: «é suficiente que cada um dê conta de si próprio. Haverá necessidade de pregar e de evangelizar os outros? É tão preciso dar conta dos outros, que aos olhos do próprio Senhor são indesculpáveis aqueles aos quais a lei não foi dada e que morreram sem terem ouvido a mensagem do Evangelho, atendendo a que como diz S. Paulo: «o que há de invisível em Deus se tornou visível depois da criação do mundo» pelo conhecimento que estas coisas nos dão... Não há caminho mais seguro para chegar ao amor de Deus que a caridade para com o próximo». O «amai-vos uns aos outros» é o norte por onde os cristãos se hão-de guiar, o ideal da sua vida divina, do seu progresso na vida espiritual. Como afirma S. João Crisóstomo: «eis a regra do cristianismo perfeito, a sua definição, o seu cume — procurar ser útil à comunidade — Nada pode tornar melhor imitador do Cristo que tomar cuidado dos outros. Não digas: «é-me impossível mover os outros», porque se tu és cristão é impossível que não se passe nada. Isto faz parte da essência do Cristão, e seria tão contraditório dizer que um cristão não pode ser útil a outro, como negar ao sol a possibilidade de alumiar. Eu não posso crer na salvação de alguém que não trabalha na salvação do seu próximo. — Ide fazei discípulos — não foi só dito aos apóstolos mas a nós também. Vós pois, simples fiéis, tomai cuidado. Não esqueçais que nós formamos um só corpo e que só diferimos uns dos outros, como os membros diferem dos membros. Não

deixeis só aos padres toda a solicitude da Igreja. Vós tendes maior ocasião de conversar, vós conheceis melhor os afazeres uns dos outros, não ignorais os vossos defeitos respectivos, tendes entre vós mais liberdade, mais caridade, mais familiaridade». O cristão não pode já dizer: «é-me impossível mover os outros» porque se é Cristão tem necessàriamente de irradiar Cristo, de o comunicar aos outros. Contra a pusilanimidade dos que se dizem cristãos, vai directamente esta palavra de S. João Crisóstomo: «se Cristo habita na alma do crente, Cristo não está aí morto porque ressuscitou». A alma em estado de graça é uma luz que por mais mortiça que esteja se vê ao longe. A importância da missão dos leigos, não é uma descoberta do séc. XX, mas uma realidade que esteve sempre presente na mente da Igreja e dos seus pastores. Os testemunhos da primitiva Igreja e da idade seguinte são bem claros.

Orígenes, Tertuliano, Hilário de Poitiers e tantos outros que ensinavam nas escolas e eram valorosos apologistas, são outros tantos testemunhos do valor do leigo na Igreja. O apostolado destes leigos era feito de alma a alma e sendo assim foi mais profundo.

OS LEIGOS DA IDADE MÉDIA

Durante quinze séculos o apostolado da Igreja foi caracterizado por uma estreita união, nós diríamos mais, por uma compenetração do espiritual e do temporal.

A Igreja, porque existe para os homens, continuou a aproximar-se deles. A luz do Evangelho penetrou bem depressa a massa dos povos invasores que se fixaram nos territórios do velho Império Romano. Os missionários foram os derribadores dos altares idolátricos, mas a acompanhar a missão destes existiam exemplos leigos que arrastavam e convenciam.

Os bárbaros convertem-se logo que os seus chefes são baptizados. Assim na Espanha, Recaredo esforça-se por reconduzir os seus súbditos da heresia ariana, à verdadeira doutrina de Cristo.

Para a nossa mentalidade moderna esta atitude dos povos é quase incompreensível. Mas bastantes bárbaros se converteram pelo exemplo dos chefes e se veio a formar dentro em pouco a Europa Cristã.

Mais tarde o Papa é o chefe desta Europa que sob a sua hegemonia constituiu um todo único chamado «Cristandade». Cristo reinava em extensão.

Reinaria Ele em profundidade? Ao mostrar-se-lhes a espada baptizaram-se os saxões. Depois de terem conhecido a Cristo ainda se reuniam os Turíngios debaixo do carvalho sagrado de Thor. Era possível e mesmo necessário fazer-se um trabalho em profundidade.

O procedimente exterior, as atitudes conformes à moral e ao dogma católico nem sempre eram sinal duma adesão íntima ao rigor da doutrina evangélica.

Na alma dum S. Francisco de Assis houve uma mudança de atitude interior a que correspondeu a respectiva mudança exterior. Era folgazão e gostava dos devaneios próprios de rapaz; pois será novamente folgazão, mas doutra espécie e os

seus sonhos são a humildade e a irmã pobreza. Era leigo e ainda leigo se modificou arrastando muitos dos seus irmãos a uma vida profundamente cristã. Formou um escol. Fez um verdadeiro apostolado, pois como diz Pio XII: «há apostolado do silêncio e apostolado da palavra, apostolado de amizade e estima e apostolado de acção e apostolado do exemplo».

Por aqui se compreende como não é inútil a existência de conventos, mas pelo contrário a sua floração na Idade Média, marca também um revigoramento da vida cristã nas almas.

S. Bernardo depois de compreender totalmente a verdadeira contemplação exclama: «inflamada no amor divino da verdadeira e pura contemplação, a alma queima-se no desejo de ganhar para Deus os corações que ama. Aceita voluntàriamente interromper o repouso contemplativo por causa do labor do apostolado. Chegada ao fim do seu labor, torna a mergulhar na contemplação com tanta mais avidez quanto a interrupção foi frutuosa. Dispõe-se para outras vezes a interrompê-la depois de nela se retemperar, a fim de se entregar com novo ardor às conquistas apostólicas». O amor, continua S. Bernardo, tem duas asas — a asa direita é o amor de Deus, a asa esquerda é o amor do próximo —. A nota de apostolado incluída na definição clássica da Acção Católica é uma constante através da história da Igreja, como acabamos de verificar nos testemunhos de homens eminentes da Idade Média.

A concretização desse mesmo apostolado está magnìficamente exemplificado nessa epopeia heróica que levou os nossos portugueses a dilatar a fé e o império. As cruzadas podem dar-nos a ideia dum desejo mesclado de fé e de aventura, mas o que elas nos mostram com certeza, é a consciência dos chefes da Igreja e dos súbditos fiéis que seguiram os ditames dessa mesma consciência, de que o reino de Cristo precisava de ser espalhado por toda a parte. Conquistaram materialmente aquilo que a sua fé lhes fazia amar e que a sua ciência dava a conhecer. Era a Terra Santa e em particular o Alcorão que os atraía à luta, visto que este último era o grande inimigo da Cristandade. Talvez alguns chefes guerreiros das Cruzadas olhassem demasiado o temporal, por isso mesmo elas foram um fracasso.

Outro povo encarnou a mesma ideia um pouco mais purificada. Queriam conquistar para aí implantarem a cruz. Deixaram por isso esta mesma cruz nos lugares onde chegaram. Os marinheiros e os missionários formavam uma só alma, no desejo de dilatarem a fé antes mesmo de formarem o império.

Porque nas almas vivia Cristo elas sentiam o seu apelo veemente: «ide, ensinai todas as gentes, baptizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo».

IDADE MODERNA

Os homens bem depressa se esqueceram de Deus. As sociedades negaram-No pouco a pouco na sua vida e costumes. O materialismo ganhou o espírito da maior parte dos homens e a tal ponto que os 5 últimos papas lançaram o sinal de alerta aos seus fiéis.

As revoluções sucedem-se pela incúria dos homens da Igreja e pelo orgulho dos grandes senhores. No seio da própria Cristandade surgem divisões. O demónio personificado nos cabecilhas da Reforma, quer destruir pela base a Igreja de Cristo roubando-lhe a unidade. Nota-se por todo o lado uma febre de independência que leva os povos com os seus chefes a subtraírem-se à tutela da Igreja. Com excepção de um ou outro período de rejuvenescimento espiritual, a Cristandade decaiu do seu fervor primitivo e as classes trabalhadoras ignorando cada vez mais os princípios religiosos, afastam-se da Igreja.

O séc. XIX é o termo da descida e o princípio da subida pela intervenção mais profunda da Igreja. A classe operária que aumentou consideràvelmente com os novos inventos, afastou-se em massa do Reino de Cristo.

Os Papas olham a Cristandade e doem-se da parte do rebanho tresmalhado. A Igreja começou a ver, ou melhor viu novamente que em certos meios descristianizados onde a presença do padre era odiosa, a única salvação era a acção dos leigos. Porque, como dizia S. João Crisóstomo, «eles compreendiam melhor os problemas uns dos outros».

* * *

ACÇÃO DOS CINCO ÚLTIMOS PAPAS

PIO IX

Assistiremos ao tomar consciência da importância do apostolado leigo e ao desabrochar pleno desta ideia no espírito de Pio IX.

O Reino de Cristo é o Reino da caridade, do amor de Deus e do próximo. Um cristão sem caridade é como o sol sem luz. Pio IX vinca bem esta caridade ao afirmar: «Ao tomarmos o dever do Nosso supremo cargo pastoral, Nós conjuramos pelas entranhas de Jesus Cristo todos os fiéis de Cristo e sobretudo aqueles que estão à sua cabeça ou que estão encarregados da missão de ensino e lhes ordenamos, pela autoridade do mesmo Deus e Nosso Salvador que empreguem todo o seu zelo e todos os seus cuidados a livrar do erro a Santa Igreja e a propagar a mais pura luz da fé».

Apelo veemente nascido da visão profunda do estado do Reino de Cristo. Apelo aos fiéis para que tomem consciência da sua missão e que o Papa transmitiu como uma ordem. O laicismo tinha conquistado muitas inteligências e corações. Por esta mesma altura surge S. António Maria Claret que afirma: «O pároco e os demais sacerdotes acham-se ocupados nas coisas dos seus ministérios e não têm oportunidade de se meterem entre as gentes do povo, como tem um leigo. Além disso, nestes últimos tempos parece que Deus quer que os leigos tenham grande parte na salvação das almas».

O espírito e mesmo um pouco da organização da A. C. já estavam neste tempo tão desenvolvidos que em 1863 se pôde celebrar em Malines um Congresso

Católico Internacional com representantes de numerosas associações do apostolado leigo. Ao abençoar essas organizações católicas deu Pio IX três regras que são por assim dizer a base da futura A. C.. Disse o Papa que a Divina Providência suscitava o apostolado leigo para acudir em socorro da autoridade eclesiástica; que o apostolado leigo trabalhasse unido estreitamente aos seus pastores; que as forças Católicas estariam unidas como um só exército em ordem de batalha.

Em 1848 surgiram com a bênção de Pio IX as seguintes associações católicas: na Suíça — Piusverein —, na Alemanha — Katolischer Verein —, na Bélgica — Union Catholique —, na Inglaterra — Catholic Union —, na França — Ligue pour la défense de l'Église.

Os leigos principiaram a reconhecer o seu verdadeiro papel na Igreja de Cristo. Eles também eram Igreja e por meio deles Cristo queria dar-se aos outros.

A luz do Espírito Santo vai iluminando os Vigários de Cristo. De pontificado em pontificado vai-se consciencializando cada vez mais nìtidamente a verdadeira razão de ser dos leigos na Igreja.

LEÃO XIII

Leão XIII usa explìcitamente os termos «Acção dos Católicos» e «Acção Católica».

Em 1901 na Encíclica «Graves de communi» escreve: «Esta acção dos católicos, qualquer que seja, exercer-se-á com uma eficácia maior se todas as suas associações, reserva feita aos direitos e regulamentos de cada uma delas, agirem sob uma só e única direcção que lhe comunicará o primeiro impulso e movimento». Há aqui um olhar fundo sobre o que será a verdadeira Acção Católica, uma compreensão justa do que há-de ser o exército dos leigos.

Na carta «Quos nuper», Leão XIII louvava as assembleia dos Bispos reunidos em Madrid debaixo da presidência do Cardeal de Toledo, com o fim de buscarem melhores meios para sustentarem a «Acção Católica» no seu país. Na carta ao Presidente geral da Obra dos Congressos de 9 de Setembro de 1891, o Papa, aponta em primeiro lugar o carácter pastoral da dita «Acção dos Católicos», determinando quem eram os pastores que a haviam de dirigir; declarou a obrigatoriedade do apoio prestado ao dito apostolado pastoral; e proclamou a necessidade da união mútua e de unidade de direcção da «Acção dos Católicos». A atenção dos Vigários de Cristo nunca deixa de relembrar a palavra do Senhor Jesus: «para que todos sejam um». É preciso para isso que todos se empenhem na mesma tarefa dirigida por um só centro, para que não haja particularismos e divisões intestinas, sempre tão graves no seio da Comunidade Cristã.

PIO X

No pontificado de S. Pio X a «Acção dos Católicos» passou a denominar-se correntemente Acção Católica. No «motu proprio» sobre a acção popular cristã escreve: «Desde a Nossa primeira Encíclica, fazendo eco a tudo o que os nossos gloriosos predecessores tinham decidido acerca da Acção Católica dos leigos, Nós

declaramos que este trabalho é muito louvável e mesmo necessário na situação actual da Igreja e da sociedade civil». (A Acção Católica de que fala S. Pio X, situa-se mais no campo da acção popular cristã).

Atendeu mais à resolução dos diversos problemas sociais e sobretudo da «questão social». Apontou as normas a seguir afirmando: «A Acção Católica é uma organização promovida oficialmente pela Igreja, nos tempos, para a restauração do género humano em Cristo. Devem trabalhar nela todos os fiéis sem excepção, exercendo as suas actividades debaixo da direcção e mandato dos Bispos. Essa organização é necessária nas presentes condições da Igreja». A primeira afirmação feita pelo sumo Pontífice permanece hoje a mesma e em nada mudou. Quanto à segunda identifica-se com o pensamento de Pio XII ao II Congresso dos leigos ao dizer: «todos os membros da Igreja são chamados a colaborar na edificação e no aperfeiçoamento do Corpo de Cristo». Porque estão em campos diversos é que a afirmação de Pio XII de que nem todos os cristãos são chamados ao apostolado leigo em sentido restrito, parece contraditória da que foi citada. As organizações paralelas ensaiadas por S. Pio X não deram resultados. Faltava-lhes a verdadeira unidade e uma estrutura disciplinar interna.

BENTO XV

Apesar do pontificado de Bento XV ser absorvido pelas preocupações da primeira grande guerra, «as suas vistas extraordinàriamente penetrantes colocam-no incontestàvelmente entre aqueles que se chamam hoje em dia numa fórmula justa: os grandes pioneiros». Este pontífice, como o seu antecessor, insistiu na resolução pela Acção Católica, da questão social. O sentido marcado depois por Pio XI à Acção Católica ainda não tinha sido encontrado. Bento XV reuniu em Roma sob a presidência do Cardeal Maffi, um grupo de pessoas escolhidas que tinham trabalhado no movimento anterior da Acção Católica paralela. Uma vez que a organização paralela falhara, substituiu-se nessa mesma reunião pela organização concêntrica. Estabeleceu-se uma direcção suprema da Acção Católica chamada «junta directiva da Acção Católica» e insistiu-se na paroquialidade dessa mesma acção. A este respeito afirmou S. Santidade: «Estas falanges selectas de católicos que honrando-se com a profissão paladina da fé e da moral cristã, se põem na paróquia à disposição do pároco para o ajudar nas obras paroquiais de culto, de caridade, de instrução, na tutela da fé, na defesa da família, na protecção da escola, nas iniciativas de carácter sagrado, nas manifestações de índole social, nos movimentos de carácter cultural e isto mediante juntas, empresas, conferências, etc., são os braços dados por Deus e pela Igreja à mente e ao coração do pároco; são os artífices verdadeiros de todo o progresso exterior, da acção religiosa e social do povo católico».

C. B.

(Continua)

A ARTE CRISTÃ
NO SEU VALOR HISTÓRICO

NOTAS BREVES

No campo da história da arte reconhece-se actualmente o interesse que há em estudar uma época, um estilo, ou mesmo determinada obra não já sob o prisma da técnica, das formas ou dos recursos, mas principalmente da sociedade que os produziu e portanto como fruto de um pensamento, respondendo a uma necessidade, traduzindo esta maneira de sentir, esta tal convicção, aquela crença religiosa... Tal estudo poderá ser proveitoso não só para o âmbito da arte, senão também para o da história das civilizações e dos costumes, ou ainda para a história do pensamento teológico e da vida cristã.

Na verdade, se sabemos qual foi o culto antigo da cruz ou a concepção medieval do demónio, gostaríamos de conhecer melhor a evolução das crenças populares relativas à escatologia, tão representada nos capitéis românicos e tímpanos góticos; a função das imagens no templo; a ideia que presidiu à evolução e grandes realizações do pórtico central da igreja, etc... A estes e outros problemas pode dar luz o depoimento de tantas obras de arte que a cristandade nos deixou. A este propósito, e para que do passado se tirem lições para o presente, julgámos úteis algumas considerações gerais tendentes a orientar o enquadramento da velha obra de arte cristã no seu tempo.

Fazêmo-lo, mostrando como a obra é algo que fala; procurando saber a quem fala, o que diz e como o diz.

I

A arte é algo que fala.

Reconhece-se de facto, ser a obra um «índice da sociedade que a produziu» e isto por força de uma íntima ligação que há-de existir entre elas. Essa ligação, verificada em toda a obra verdadeiramente artística, não é meramente acidental; é um condicionamento necessário. Definir arte como «a projecção da beleza na matéria trabalhada pelo homem», é supor uma matéria concreta e um homem concreto. Eis porque tanto nas ideias como nas formas e ainda nos próprios materiais, o verdadeiro artista joga com os valores (não as deformações...) do pensamento e sensibilidade do seu povo, com as cores, os costumes e os materiais da

sua terra [1]. De contrário fará obra morta, imitação ou exotismo, não arte viva. Seria incompreensível que Rembrandt nos desse, na Holanda, paisagens da Toscana, ou pintasse em pleno séc. XVII nos moldes de séculos anteriores.

Conclui-se portanto que, sendo obra de uma época para essa época, expressão de um povo para esse povo, realização de um indivíduo para a sociedade que o rodeia, a verdadeira obra de arte há-de falar-nos, **consequentemente**, dessa época, desse povo, dessa sociedade. E ainda que uma obra de pintura possa, sob este aspecto, dizer menos que uma outra de arquitectura (mais funcional), ou uma arte individual menos que uma arte comunitária, o princípio exposto é no entanto de universal aplicação [2]. Se a catedral gótica de Colónia não é uma expressão eloquente do séc. XIX que a construiu (e muito menos dos medievais que a não construiram [3]), é porque não será verdadeira obra de arte. A insucesso como este se condenam hoje numerosas imitações de estilos antiquados. A crítica e a história hão-de o confirmar, deixando-as no olvido. Felizmente assim não procederam as gerações passadas, e podemos acreditar numa construção românica, renascentista ou barroca, na pintura de Giotto ou Rafael, na música de Bach ou de Wagner como expressões verdadeiras do seu tempo.

Poderá parecer exagerada esta ligação constante e universal da arte à sociedade. Como se verifica ela em Van Gogh ou Picasso?

Será na verdade proveitosa a apontada classificação da obra em comunitária ou individual, conforme nos aparecem mais os valores da comunidade ou o mundo interior do indivíduo. Mas, ao invés do que poderá parecer, tal distinção origina-se não tanto na fonte a que o artista vai inspirar-se como principalmente na finalidade que ele intenta. Assim, na elaboração da igreja românica ou do mosaico bizantino, a comunidade marcou a obra; o autor orientou toda a sua arte para um encontro com a sociedade concreta que procurava servir e à qual foi necessàriamente buscar inspiração. Por isso a igreja ou o mosaico falam clara e directamente da comunidade que os motivou.

Na obra individual de um Van Gogh a verificação do princípio não é tão imediata, mas creio poder afirmar-se que ainda aqui a sociedade se reflecte largamente. Se de facto tal artista teve como móbil principal a necessidade de expressar o seu drama, ou o desejo de se extasiar numa beleza material que é reflexo do seu íntimo, teve também a intenção de se manifestar aos outros: nenhum artista realiza sòmente para si; toda a obra de arte é mensagem que o autor

---

[1] «A arte depende necessàriamente de tudo o que a raça e a cidade, a tradição espiritual e a história proporcionam ao corpo do homem e à sua inteligência. Pelo tema e pelas raízes ela prende-se a um país e a uma época. É por esta razão que as obras mais universais e mais humanas são aquelas que apresentam mais nìtidamente o cunho da sua pátria.» J. MARITAIN «Art. et Scholastique», 4.ª éd. pág. 108.

[2] O aspecto a que desde já nos passamos a referir é sòmente o de «índice da sociedade». Uma arte comunitária ou mesmo qualquer obra de arquitectura têm de limitar o assunto e usar uma linguagem acessível a fim de permitirem o diálogo. E assim, uma obra mais individual, porque não sujeita a esta limitação, pode em si mesma ser mais expressiva na extensão e na profundidade.

[3] Só o coro remonta ao séc. XIII.

desejava fosse recebida por alguém; esse alguém é, senão uma sociedade limitada, ao menos a humanidade do seu tempo. O século de Van Gogh fica representado na sua obra enquanto foi capaz de aceitar aquele estado de espírito e aquela linguagem plástica que se verifica no dramático pintor.

Daqui se conclui ser indispensável ao estudioso que lê uma basílica ou uma catedral, o conhecimento geral das características sociais da época em questão, e principalmente da sua estrutura comunitária, pois que é sobretudo desta estrutura, deste grau de espírito comunitário, que depende a inserção do artista, e consequentemente da obra, na comunidade. Só o conhecimento do mundo maometano permite descobrir melhor a sua arte, como para bem entender o manuelino se requer a visão do nosso apogeu de quinhentos.

Note-se desde já que podendo aquela estruturação comunitária de vida ser maior ou menor conforme as épocas, a arte pode estar mais ou menos ligada à sociedade. É evidente que S. Vital de Ravena nos fala mais do século de Justiniano do que Mafra nos fala do séc. XVIII.

Na civilização ocidental esta estruturação comunitária executa longa curvá difícil de traçar. Simplificam-na, elevando-a até aos movimentos dos séculos XIII a XV, para a inverter com o humanismo e o individualismo protestante. Esta linha, já excessivamente resumida para base de qualquer estudo, é, para a crítica histórica da arte, simplista em demasia. Perante uma basílica cristã dos primeiros tempos, uma igreja românica do séc. XI e uma outra medieval de duzentos anos depois, o crítico não sente apenas, no tocante a este ponto, uma gradação, mas verdadeiros saltos que importa conhecer.

Tomamos estas datas apenas como exemplos. Parecem-nos eles bem expressivos. No primeiro caso, uma intensíssima vida comunitária, ainda sob o equilíbrio clássico, permite ao crítico, pelos planos, pela disposição dos objectos, pela iconografia, pelos frescos ou mosaicos da ábside, descobrir directamente para além do povo cristão, a própria «assembleia litúrgica dos fiéis». A espontaneidade desta descoberta já não a terá na igreja românica; o historiador dar-lhe-á a explicação na quebra do apogeu litúrgico. Mas em contrapartida ver-se-á perante uma nova civilização — a Idade Média — onde o estudo da crença e vida cristã é talvez mais apaixonante pela abundância e qualidade dos documentos. Com a admiração por semelhante arte religiosa, cheia de verdade, de pureza e de paz, levantam-se mil perguntas sobre as concepções, costumes, devoções, práticas religiosas destes germanos cristianizados. Porquê esta repetição de figuras demoníacas? Para quê estes tímpanos de majestade? O crítico chegará a descobertas de notável valor, mas só o conseguirá se tiver em conta a comunidade dessa geração com tudo o que lhe é específico: «Todos estes arquitectos, pedreiros, escultores, pintores, todos os mil artífices desta oficina fazem um só corpo, um só coração, uma só alma. **Eles não tinham senão um fim: realizar a missão da sua vida, exprimir o seu desejo de Deus, e isto porque acreditavam** [4].

---

[4] D. Angélico Surchamp, em introdução à obra «Bourgogne Romane», éd. Zodiaque, pág. 18.

Vem o gótico. Quem tencionasse estudá-lo à luz daquela comunidade, não acertaria inteiramente. Agora é a «cristandade» do apogeu medievo, afirmando-se no seu **esplendor de sociedade político-religiosa hierarquizada e cheia de misticismo,** que permitirá uma recta intelecção da sua arte.

Importa pois ter uma visão prévia da comunidade de uma época para perceber a sua arte e saber ouvir o que ela nos conta. Sucede evidentemente que logo a própria arte nos revela mais a comunidade. Não há círculo vicioso mas explicação mútua que é fonte histórica de primeira monta.

II

Verificado que a obra de arte é algo que fala, que diz, que conta, importa saber a **quem se dirige.**

Seria errado olhar a arte como processo de narração. A obra não é primàriamente depoimento; é pedaço da vida de um homem e de um povo. Aquele primeiro aspecto a que estamos dando relevo nestas notas — ou de depoimento — vale enquanto consequência do segundo.

Por isso, a obra fala primeiramente ao homem que a produziu e ao povo que a recebeu. O artista não é «Repórter» a recolher para os vindouros, nem a sua obra sofreu a preocupação de responder a críticas futuras ou de agradar a olhos estranhos. Fruto de um pensamento e de uma vida, dirigiu-se, ainda que por vezes em reacção, a esse pensamento e a essa vida. Na obra de arte a sociedade fala não para outrem mas para si mesma. E o historiador exulta, porque na pureza deste monólogo encontra, não só uma notícia, uma testemunha, mas antes a própria sociedade. «Basta saber ler um monumento, saber apanhar-lhe a trama, a mensagem inconscientemente formulada, para aprender mais de uma época e de um mundo — o mundo dessa época — do que aprenderia o mais imparcial dos historiadores» [5].

III

Que nos diz a obra de arte?

Charles Terrasse no seu livro «La Cathédrale-miroir du monde» [6] mostra-nos com breves páginas e vasta documentação fotográfica como a igreja foi (o a. limita-se à época típica das catedrais) o «espelho universal do mundo, das suas formas e dos seus destinos onde todos podiam ler, e instruir-se». E o autor observa como a par dos temas religiosos e das múltiplas cenas da história bíblica nos aparecem ali a natureza, os diversos povos e os seus costumes, os trabalhos do campo e as artes, a história profana e as crenças lendárias, numa palavra, tudo quanto

---

[5] D. Angélico Surchamp, ob. cit., pág. 11.
[6] Ed. **Alpina**, Paris, 1954 — pág. 9.

faz parte da sociedade medieval onde os pormenores da vida corrente conservam um sentido e os acontecimentos têm especial repercussão. Estes fenómonos, que no gótico atinge o enciclopedismo, verifica-se mais intensamente do que se julga em todas as épocas: o homem do despojado período românico apresenta-nos num capitel a poda da vinha, e o quinhentista põe-nos, na sua arquitectura, coisas de viagens e de novos mundos descobertos.

Mas não é já o elenco dos temas que ora mais interessa ao historiador, há o pequeno pormenor. Na sua observação e estudo comparado se descobre o típico do costume ou da indumentária, o específico da concepção de tal realidade, a feição própria de uma devoção. Surpreende talvez pelo seu interesse a representação da Virgem com um nicho e um Menino no seio, magnífico testemunho de devoção a Maria, venerada no seu título primordial de Mãe de Deus. Já a representação do Calvário, por si mesma, a ninguém pode surpreender; o que nela me vai interessar é o modo de representação: o escultor do séc. XI apresenta-nos um Rei vencedor, o do séc. XVII mostra-nos um agonizante... Estes grandes pormenores são os que prendem o historiador, pois é por eles que pode conhecer a alma da sociedade ou a vida do povo cristão.

Para o estudioso que pretenda estabelecer a evolução de um dogma ou de um culto, há um ponto fundamental que é por demais conhecido mas nem sempre bem observado: a comparação e relacionamento. Ora ele parece-nos indispensável, se atendermos a um fenómeno que em determinadas épocas se tornou frequente: **a repetição excessiva dos motivos.** Aqui se requer especial cuidado do observador, pois que ela tanto pode ser índice de pobreza de inspiração como de convicção profunda e generalizada. A naturalidade ou o artificialismo das formas serão o critério para julgar em tais casos, adentro da arte religiosa e suposto o bom gosto artístico popular.

No campo da arte sacra, deve ainda atender-se a que os temas, ao menos os fundamentais, eram comumente **dados pelo clero** [7]. Este facto, se por um lado pode dar origem à repetição dos temas, por outro é informação preciosa para julgarmos da vitalidade desses temas. Ao que objectasse com pretensa distância entre as directivas do clero e a vivência popular, responderíamos que, em períodos de grande ambiente comunitário as directivas dos pastores reflectem fidelìssimamente a vida da assembleia.

Foi assim nos tempos em que o clero não satisfazia o gosto deformado dos fiéis, mas, em alto e homogéneo sentido artístico, orientava o povo no desejo que este tinha de traduzir belamente as suas crenças profundas.

---

[7] Em 787, o segundo concílio de Niceia estabelecia o seguinte: «A composição das imagens não é deixada à iniciativa dos artistas. Ela implica princípios postos pela Igreja Católica e da tradição religiosa... Sòmente a arte pertence ao pintor; a ordenação e disposição pertencem aos Padres» — cit. em «La Cathédrale-miroir du monde», pág. 19.

IV

Resta-nos alguma coisa sobre o modo **como a arte diz.** Mas isso seria pretender expor todo o «processus» de expressão artística. Limitamo-nos, por isso, a lembrar que, tratando-se de arte religiosa, só a fé e o amor da vida cristã permitirão ao crítico entender profundamente tudo aquilo que foi dito na linguagem espiritual da fé e do amor, pois que foram essas e as demais virtudes cristãs as mãos que escreveram as admiráveis páginas seculares da arte cristã.

Lembre-se ainda que no «como diz a arte» entra o particular do indivíduo. A este propósito, terminamos com algumas linhas de Lionello Venturi, na introdução à sua obra «Para compreender a pintura» [8], onde o a. apresenta o seu processo crítico de distinção entre **assunto** e **conteúdo:**

«Suponhamos um pintor que represente, sobre os traços de Nossa Senhora com o Menino, a mulher e o filho que ele ama. O assunto é a Virgem e o Menino Jesus. O conteúdo da pintura é o amor do pintor pela mulher e o filho. Um outro pintor que represente o mesmo assunto exprimirá, por outro lado, a sua devoção, acentuando o carácter divino do Menino Jesus e de sua Mãe. O assunto das duas pinturas é o mesmo: Nossa Senhora e o Menino. Mas o conteúdo é inteiramente diferente, pois que o conteúdo da primeira pintura é o amor e o da segunda a devoção. O assunto é o que o pintor representou. Mas o conteúdo é a maneira **como** o representou. E quando dizemos «como» falamos da forma de um pintor, da forma da sua imaginação.»

Estamos pois no campo do estritamente individual: a força da imaginação artística, a garra do génio não depende da sociedade. Mas depõe em seu favor, porque foi ainda a sociedade que, pela sua cultura, pelo seu interesse, por todo o seu condicionalismo, proporcionou o aparecimento do génio.

A. CLETO

---

[8] Pág. 12, trad. do Dr. Nataniel Costa, ed. de **Estúdios Cor** — Lisboa.

II

AS ACTIVIDADES PESSOAIS

A pessoa humana, centro de iniciativa, tem actividades características, de dupla ordem: cognitivas e volitivas, ou seja, de conhecimento e de vontade.

CARACTERES DOS NOSSOS ACTOS COGNITIVOS

São imanentes

Q. d. constituem perfeição do próprio sujeito que age.

Quando eu conheço uma coisa, não é ela que fica mais perfeita pelo facto de eu a conhecer, antes é a mim próprio que enriqueço com tal conhecimento. O resultado destes actos é estritamente pessoal. As actividades cognitivas são inalienáveis: ninguém as pode realizar por mim.

(Ao invés, chamam-se «transitivos» os actos que, procedendo de determinado sujeito, têm como resultado a perfeição de outro ser. Vg. se alindo a casa, se construo uma ponte, etc.).

Procedem de uma tendência ilimitada

Vemos que jamais a sede de conhecer se nos estanca com o conhecimento de quaisquer objectos finitos; continuamos sempre aspirando a mais e melhores conhecimentos. Quanto mais sabemos, mais em nós aumenta a curiosidade de saber.

(Dado que é no conhecimento, e no amor, que nós nos realizamos, a rejeição de um Infinito de Verdade, de Deus, condenar-nos-ia a nunca chegarmos a ser plenamente, mutilar-nos-ia espiritualmente).

São limitados e progressivos

Nós não realizamos a perfeição intelectual instantâneamente, de uma vez para sempre, mas progressivamente, através de esforços repetidos, sucessivos. Haverá sempre, neste mundo, entre a aspiração (ou o ideal) e o conseguido uma distância grande: vamos a caminho... andando sempre na direcção da Luz. Caracteriza-nos o facto de sermos tão pequenos que não conseguimos igualar as nossas forças às nossas aspirações, e tão grandes que nos é impossível reduzir as nossas aspirações ao pouco que podemos (Pascal).

São subjectivo-objectivos

Há uma **margem de subjectividade** em todo o nosso conhecimento, derivada, em parte, da **situação** em que nos encontramos e, noutra parte, de **livre escolha** nossa. Efectivamente:

Conhecemos a partir de uma perspectiva determinada pelo meio (v. g. o facto de ter nascido em África, em Portugal, na América...), pelo nosso eu corpóreo (v. g. o estar-se privado de algum dos sentidos...), pela nossa história (v. g. o facto de ter sido criado no seio de uma família culta...).

— Escolhemos determinado ramo de estudos, de preferência a outros (v. g. resolvi dedicar-me à Filosofia, à Medicina, ao Direito, à Educação...).

— No próprio ramo de estudos preferido interessam-me certos aspectos mais do que outros... Pode até acontecer, e acontece frequentemente, que o erro seja consequência da unilateralidade do interesse, de uma perspectiva demasiado limitada, de um aspecto parcelar que se toma como sendo o todo.

Mas o nosso conhecimento é também, e principalmente, **objectivo:** a nossa inteligência submete-se à Verdade que reconhece, não cria; abre-se para deixar que nela o ser seja como é, não força os juízos sobre a realidade, é desinteressada. Neste desinteresse, no sentido em que agora se toma o termo, está a base da Moral. Assim: v. g. a inteligência julga que um tal comportamento é mal; apesar disso faço-o; a inteligência continua a julgar mau esse comportamento que eu vivi (remorso).

CARÁCTER E DIRECÇÕES DA NOSSA ACTIVIDADE VOLITIVA

O carácter mais importante da actividade voluntária é o de que ela é a determinação do «eu» por si próprio, exprime a «tomada de posição» da personalidade ante determinada situação.

A decisão livre, o «engagement» da pessoa (acto voluntário) é sempre condicionado pela actividade da inteligência que nos ilumina os objectos, os obstáculos e os «valores».

Em três principais direcções se exerce a actividade volitiva:

a) o «amor captativo» (ou «amor concupiscentiae»)

Trata-se de uma orientação da vontade que os latinos designavam com o termo «APPETERE»: a pessoa tende a apropriar-se do objecto, a fazê-lo seu, a dominá-lo, para o ter, para o consumir, para o utilizar, para deleitar-se nele... Numa palavra: o objecto é querido em vista do sujeito, pelo que vale para o sujeito.

Em qualquer nossa actividade volitiva há sempre uma dose de amor captativo: se em nós não houvesse um vácuo, uma lacuna, que o objecto vem preencher, como poderíamos interessar-nos por ele? Se Deus, por exemplo, não fosse um «BEM-PARA-NÓS» ser-nos-ia impossível amá-Lo.

b) o «amor oblativo» (ou «amor benevolentiae»)

Existe uma outra direcção da actividade volitiva que os latinos designaram com o termo «AMARE»: a pessoa quer a outrem por ele mesmo, não em função de si própria.

A inteligência, fome de conhecer a realidade como ela é, intervém para nos mostrar que Deus e as outras pessoas se não limitam a, como as coisas materiais, serem apenas «bens-para-nós», mas são em verdade «BENS-EM-SI», «VALORES-EM-SI-E-PARA-SI».

Diz-nos consequentemente que os devemos apreciar e amar pela sua intrínseca perfeição. No caso de Deus, Bem infinito em Si mesmo, devemos até amá-lo acima de todas as coisas, muito mais que a nós próprios.

Quer dizer: o «amor captativo», o interesse próprio, levou-nos a prestar atenção a certas realidades que são pessoas; esta atenção levou-nos a considerá-las como «valores-em-si-mesmas» que nos merecem «amor oblativo».

CARACTERÍSTICAS DO AMOR OBLATIVO

É uma relação afectiva de eu a tu

Só é, pois, possível de pessoa a pessoa, nunca de pessoa a coisa. As coisas e os animais são insusceptíveis de serem amados em razão de si mesmos, da sua excelência individual. Ultraja a dignidade das pessoas o modo como, por vezes, se manifesta a ternura e o interesse por animais (cães e gatos, sobretudo; recorde-se o recente caso das tantas apreensões pela sorte da «Layka»). Nisso pode ver-se em geral a forma de «compensação» duma tendência frustrada quanto ao seu verdadeiro objecto.

Uma vez que o «amor oblativo» é o encontro afectivo de pessoas como pessoas, ele exige que cada qual respeite, no outro e em si próprio, a dignidade de «pessoa», quer dizer, de um ser livre, de uma iniciativa, de uma autonomia.

No pensar de Sartre, um tal respeito é coisa impossível. Ser livre, afirma ele, é o eu determinar-me inteiramente a mim mesmo. Assim: ou a minha liberdade triunfa inteiramente de outrem reduzindo-o a puro objecto, instrumento de que me sirvo para me construir (este «esmagamento» de outrem por mim é o «sadismo»); ou a liberdade de outrem triunfa de mim e me reduz a puro instrumento da sua realização (esta «anulação» de mim por outrem chama-se «masoquismo»). Desta forma as relações entre pessoas são todas de conflito em ordem ao domínio (oscilam entre «sadismo» e «masoquismo») por forma brutal, como vg. a exploração dos operários, a prostituição... Por isso sai da pena de Sartre a conhecida e amarga sentença «L'enfer c'est les autres».

Mas, ao contrário do que pretende Sartre, a nossa experiência e a nossa razão ensinam-nos que um autêntico «amor oblativo» é possível, visto que é real. Entretanto é, de facto, delicado e difícil: nem admira, porque nele está a suma perfeição da pessoa.

É uma relação essencialmente efectiva

Quere-se promover, à custa embora do próprio sacrifício, a perfeição, o bem de outrem, da pessoa amada, no inteiro respeito da sua liberdade.

Scheller contesta que à constituição do «amor oblativo» pertença realmente a efectividade. Por exemplo, escreve, há verdadeiro «amor oblativo, e não há ne-

nhuma efectividade, na jovem mãe embevecida na contemplação do filhinho que dorme...

Responde-se a Scheller:

a) que no caso apontado por ele há uma efectividade que poderia chamar-se negativa: a tal mãe nada fará, nem permitirá que se faça, que impeça o menino de dormir...

b) que o amor é continuidade, não se talha em pedaços que tenham, cada qual, de ser efectivos; a mãe que ama não se limitará, por certo, a uma permanente contemplação do filho.

É uma relação que postula reciprocidade

O amor oblativo pede, em retorno, amor oblativo. A relação é incompleta enquanto ele não existe. Nesta reciprocidade há graduação, é evidente: a intensidade afectiva não é a mesma de lado para lado.

A mãe ama o bébé: este não é, então, capaz de lhe retribuir o amor. No entanto, pelo seu simples existir como realidade amada por si mesma, o filho enriquece a mãe, desenvolvendo nela qualidades latentes, «puxando» por ela, de modo que se torne verdadeiramente «mãe» e profundamente «mulher». É o amar que, por si só leva a pessoa a realizar-se, a conseguir-se.

Mas o amor oblativo tende, de facto, à reciprocidade consciente, à consciente mutuação de bem-querer efectivo: quer-se ser promovido em perfeição pela pessoa amada, para melhor a promover a ela, numa espiral que abre para o Infinito.

c) a acção voluntária transitiva

Tanto o «amor oblativo» como o «amor captativo» são actos interiores, orientações da nossa intimidade. A encarnação destes actos interiores num comportamento adequado designavam-na os latinos pelo termo «VELLE»: trata-se de um executar, de uma actividade que nasce da vontade e se exerce no exterior, sobre o mundo dos objectos.

O «velle (= execução) é, por vezes, diríamos, o extravasar de uma super-abundante actividade imanente:

na obra de arte: transbordamento da riqueza interior do artista;
no jogo de exercício: transbordar de impetuosa actividade vital.

Muitas vezes, o «velle» é simples meio ao serviço do «amor captativo»: pelo trabalho no mundo tornamos «nossos» os objectos de que carecemos ou, no salário, obtemos a possibilidade de os adquirirmos.

Muitas outras vezes ainda, o «velle» está ao serviço do «amor oblativo», da relação de pessoa a pessoa. Entre pessoas humanas, espíritos encarnados, as relações subjectivas têm, normalmente, de acompanhar-se de relações objectivas (— através de um bem externo), como vg. a realização de uma tarefa comum, para se aprofundarem. No caso está para os cônjuges a criação e educação dos filhos, por exemplo.

Disse-se, aliás, que o «amor oblativo» implica efectividade e reciprocidade. Ora uma e outra destas características são-nos impossíveis sem manifestação exte-

rior, sem «velle». A necessidade de sinal, de encarnação, no amor dos homens é-nos tão inerente à natureza que o próprio Deus traduz em sinais o Seu amor por nós (sacramentos).

EM CONCLUSÃO:

A nossa actividade volitiva é interior («appetere» e «amare») e exterior («velle») é imanente e transitiva.

Mas a actividade transitiva é secundária (se bem que essencial): flui da actividade imanente e para ela se orienta.

Isto permite compreender a distinção entre **«cultura subjectiva»** perfeição do sujeito (sabedor... recto... artista... religioso...) e **«cultura objectiva»** — fruto da actividade transitiva do sujeito culto (vg. economia, organização social, livros, laboratórios, instituições, etc.).

A cultura subjectiva é fim; a cultura objectiva é meio ao serviço da cultura subjectiva. Entretanto dá-se, entre uma e outra, o fenómeno chamado de «circularidade» ou de «relação dialéctica», quer dizer, uma recíproca influência. Exemplo: Pasteur tendo. pela assimilação da cultura objectiva do seu tempo no seu campo de interesse, enriquecido a sua cultura subjectiva pôde, depois, criar elementos novos de cultura objectiva...

QUESTIONÁRIO

— Quais são as actividades tìpicamente «pessoais»?

— Quais as características mais relevantes do acto de conhecer?

— O que é um acto imanente? E um acto transitivo?

— Pode dar exemplos de outros actos, não cognitivos, também imanentes? E de actos transitivos?

— Pode um mesmo acto ser imanente e transitivo? Poderia exemplificar, no caso de a resposta ser afirmativa?

— Em que se manifesta a «ilimitação» da inteligência (= tendência a conhecer)? Porque é que, neste mundo, nunca a pessoa humana sente satisfeita por inteiro a ânsia de conhecer?

— Conhece na Literatura algum testemunho desta ilimitada ânsia de conhecer?

— Que diferença há entre «limitado» e «progressivo»? Poderia um destes caracteres existir sem o outro?

— Sabe distinguir entre «subjectividade» e «subjectivismo»?

— Em que se opõe «subjectivismo» e «subjectividade»?

— Opor-se-ão «objectividade» e «subjectividade»?

— O nosso conhecimento é necessàriamente marcado pela «subjectividade». Porquê?

— Em que é o nosso conhecimento marcado pela subjectividade?

— Haverá o risco de a subjectividade descambar em subjectivismo?

— Não nos levará o facto da subjectividade do conhecimento a uma atitude céptica?

— O nosso conhecimento é objectivo. Que quer isto dizer?

— Como se nota a objectividade do conhecimento?

— Como é a verdade? Quando se diz de um conhecimento que ele é verdadeiro?

— Das duas actividades pessoais — o conhecer e o querer — qual é a mais importante? Qual a que «empenha» (= «engage») a pessoa como tal?

— «Querer» em que consiste? Qual o papel da inteligência em ordem ao querer da pessoa?

— Todos os nossos actos derivam de um nosso querer? Se não, de onde derivam? E desses que não derivem do nosso querer, somos responsáveis? Podem eles dignificar-nos ou aviltar-nos? Poderia dar exemplos?

— Em que sentidos, ou direcções, pode exercer-se a actividade volitiva do homem?

— O nome de «amor» o que significa? Dá-se só ao acto de vontade? Dá-se sempre ao acto de vontade?

— A que se chama «amor captativo»? Um tal amor será indigno do homem? A que realidade se dirige? Como se caracteriza? É frequente? Pode ser ultrapassado? Deve ser ultrapassado?

— Que se entende por «amor oblativo»? Que seres visa? Pessoas? Bichos? Coisas?

— As pessoas podem amar-se com amor simplesmente captativo? E isso é digno?

— Como se caracteriza o «amor oblativo»?

— Porque é que o amor de pessoa, como tal, comporta necessàriamente o respeito da sua liberdade?

— Leu a obra de Sartre «Huis Clos»? Viu o filme dela extraído? Concorda? Porquê? Quais, segundo Sartre, as relações possíveis entre pessoas?

— É fácil uma atitude de «amor oblativo»? Porquê?

— Que se entende por «efectividade»? Em que se distingue de «afectividade»? E que pretende designar-se com os termos «efectividade negativa»?

— Amor se «efectividade» será ainda amor? E a efectividade do amor terá de ser contínua?

— Tenderá o «amor oblativo» à reciprocidade? Em que consiste ela? É graduada ou funciona no sentido de «ou tudo ou nada»?

— Que essencial diferença há entre a «execução» (= «velle») e o amor tanto captativo como oblativo?

— O que aproxima «arte» e «jogo»: considerados como «velle», em que relação estão com a intimidade?

— Em que relação se encontra o «velle» com o amor captativo? Exemplos. Pode o amor captativo dispensar o «velle» para se realizar? Será o «velle» essencial para que haja o dito amor captativo? O mérito ou a responsabilidade, a que estão ligados: ao «velle» ou ao «amor captativo»? Pode distinguir uma «responsabilidade social» de uma «responsabilidade moral»? Essa distinção viria agora a propósito?

— E o amor oblativo: como se lhe relaciona o «velle»? Exemplos.

— Que se entende pela expressão «cultura subjectiva»? Que importância tem ela? Pode exemplificar com alguns aspectos concretos o que é a cultura subjectiva? Em que interessa ela uma educadora?

— E a «cultura objectiva» o que é? Exemplos. Em que interessa a cultura objectiva a uma educadora, enquanto educadora?

— Das duas mencionadas «culturas» (objectiva e subjectiva) qual é a fundamental? Porquê?

— A que se chama «relação dialéctica»? Porque se lhe dá tal nome? Exemplos.

— Que relação existe entre cultura subjectiva e cultura objectiva?

(Continua)

P. HONORATO ROSA

CRÓNICA

Apesar de a vida ser um fio que, sem parar, enrola sempre no mesmo sentido, a crónica que depende do ritmo com que roda essa enigmática bobine, pode parar. E chegámos de facto a última crónica deste ano. E uma crónica de fim de ano tem o seu assunto rigorosamente determinado: exames! E exames são exames... muitos livros para folhear, horas difíceis, momentos de alívio e alegria. Mas «o homem é um animal de hábitos» e, coisa esquisita, habitua-se também aos exames. Eles vêm sempre no fim do ano e seguem-se-lhes sempre as férias... e é de esperar que este ano seja assim também! E se assim é, não há provas que nos assustem. «Depois dos Alpes vem Roma», dizia noutras eras o grande Aníbal aos seus soldados e «não há rosas sem espinhos» dizemos nós em português do bom.

O dia nove de Junho, para aliviar do ambiente de tensão e seriedade em que se vivera o dia oito, foi de passeio vulgarmente chamado «grande». Santarém foi o primeiro tempo do nosso programa com paragem e almoço no nosso saudoso e vetusto Seminário. Através dos seus longos claustros e corredores, em cujos azulejos nós víamos simultâneamente gravadas a nota da novidade e da saudade, apetecia-nos dizer baixinho: «quando eu era pequenino...» E no meio de tudo aquilo que nos falava bem alto de tempos que já lá vão, havia no entanto uma nota de presença e continuidade: a veneranda figura de Monsenhor Reitor, ao mesmo tempo tão solene e tão simples, qualidades que se encontram em todos os verdadeiros monumentos, quer da arte, quer da virtude. A visita aos monumentos da cidade foi para alguns verdadeiro progresso no conhecimento, para outros boa repetição do que aprenderam em tempos idos.

O segundo marco do nosso itinerário estava fixado em Salvaterra, onde iria ser lida a nota do dia. Para quê alongarmo-nos? Uma palavra — «touros» — e quatro nomes — «Zé Diogo, Miguel, Bello e Escudeiro» bastam para contar tudo.

Touros!... e eram bravos os malditos! Teimaram até ao fim em querer levar a coisa a sério, sem repararem que nós estávamos ali para nos divertirmos. E então que espírito de iniciativa eles não tinham! ...O Sr. Isidro que o diga!

O Zé Diogo, o rei dos toureiros, durante toda a viagem, contentou-se com a exibição feita na camioneta. Bello e Miguel, os homens que tiveram a audácia de quererem enfrentar o bicho em todas as posições e sentidos. E finalmente o Escudeiro, verdadeiramente o homem da tarde, sobretudo pela sua audácia e valentia. E depois todos os outros, os que assistiram e os que não assistiram.

As actividades desportivas têm estado neste terceiro período, mais ou menos reduzidas à natação. A época balneária, bastante longa este ano, tem sido bem aproveitada pelos amadores da modalidade.

Realizaram-se as eleições para a direcção da Academia. O Fernando Micael, eleito quase por unanimidade, é a pessoa de quem dependerão no próximo ano os destinos da Academia e da Novellae. Desde já os nossos votos de prosperidade.

No dia oito de Junho, em sessão solene, teve lugar o encerramento oficial das actividades catequísticas. A sessão, a que o Senhor Vice-Reitor se dignou presidir, foi aberta pelo Sr. Cónego Gregório Neves que, em breves mas sentidas palavras, nos mostrou bem quanto carinho e dedicação ele tem pelas crianças das nossas catequeses. O adjunto geral, Rev. Francisco Cosme, apresentou em seguida um relatório das actividades do ano findo. Encontrava-se exposto bem à vista de todos, um elucidativo quadro estatístico, com o número de crianças e os resultados obtidos nas catequeses das quatro freguesias por nós atingidas. Sobressaía a flagrante realidade das duas mil crianças de Moscavide, que além de muitos outros pro-

blemas, começam por não ter Pároco próprio. O Sr. Padre Henrique Canas, Secretário Diocesano da Catequese, disse-nos em seguida sentidas palavras de vida e entusiasmo pela obra a que se dedicou e que é de todas a primeira: a formação religiosa da criança. Depois de terem sido nomeados novos chefes para o próximo ano, o Sr. Vice-Reitor encerrou a sessão.

Esteve algum tempo no meio de nós o Reverendo Padre fundador de uma congregação em França para o apostolado nos meios agrários.

Sua Reverência, que fez o seu curso no célebre seminário de S. Sulpice, foi padre diocesano e religioso dominicano antes de se dedicar à obra que agora lhe ocupa todos os seus momentos. Em palestra que nos fez, disse-nos em primeiro quais as grandes preocupações e os fins em vista que o levaram a fundar a congregação: — o grande abandono das paróquias rurais de grande parte do país, — os grandes problemas que surgem nas aldeias dos nossos tempos em que se deu uma completa transformação, falando-nos em seguida dos seus métodos de trabalho.

Esteve já no meio de nós, chegado de Roma, o Senhor Dr. Manuel Luís, que no próximo ano virá reforçar o Corpo Docente do nosso Seminário. A Sua Reverendíssima as nossas boas-vindas.

E depois disto vêm as férias, que apesar das crónicas acabarem, têm muito que se lhe diga.

J. POLICARPO

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Exa. Revma. o Sr. Bispo do Porto

PORTO
RUA INFANTE D. HENRIQUE

LISBOA
ROSSIO, 93-2.º

Júlio Gomes Ferreira & Cia., Lda.

CASA FUNDADA EM 1832 — A MAIS ANTIGA DO PAÍS NO SEU GÉNERO

LUSTRES, LANTERNAS, PLACAS, CASTIÇAIS, LÂMPADAS, SUSPENSÕES, BANHEIRAS, CALDEIRAS, ESQUENTADORES, FOGÕES DE COZINHA.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, CASAS DE BANHO, PÁRA-RAIOS, AQUECIMENTO CENTRAL, ASCENSORES, VENTILAÇÃO, ELÉCTRICAS, CONTRA INCÊNDIOS, TELEFONE, TODOS OS TRABALHOS EM LATÃO E EM FERRO FORJADO.

RUA DA VITÓRIA, 82 - 88 **LISBOA** **RUA DO OURO, 166 - 170**

Cem anos!

Velas de Cardigos

J. d'Oliveira Tavares, Filhos

Telef. 5 - B. Baixa - CARDIGOS

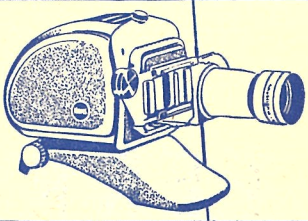
Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo Clero do Continente, Ilhas e Províncias Ultramarinas

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

Premiada em 7 exposições: 4 estrangeiras e 3 nacionais

PARA O ENSINO PELA IMAGEM

Noris



DIA-PROJECTORES PARA FILMES DE 35 MM E 6x6 CM

INDISPENSÁVEIS A SACERDOTES, PROFESSORES CONFERENCISTAS ETC

OS MELHORES AUXILIARES DO EDUCADOR MODERNO

Preferidos igualmente pelos bons amadores fotográficos para projectar as suas transparências em côres

Os dia-projectores **Noris** são fornecidos em elegantes maletas de transporte e a preços extremamente baixos

OS PROJECTORES DE IMAGENS FIXAS **Noris** PODEM SER FORNECIDOS COM LÂMPADAS PARA 110 OU 220 V. E TAMBEM PARA BATERIA DE 12 V. PARA AS REGIÕES SEM ELECTRICIDADE

Noris OS PROJECTORES QUE CONQUISTARAM A SIMPATIA DOS EDUCADORES PORTUGUESES

À VENDA NAS BOAS CASAS DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

REPRESENTANTE | M. SIMÕES JR. RUA DA CONCEIÇÃO, 46, 1.º - TELEF. 3 0306 - LISBOA

ARTIGOS RELIGIOSOS PARA REVENDA E PROPAGANDA

Casa de S. José - Porto

(Fundada em 1896)

VISITAI ESTA CASA, APRECIAI O SEU SORTIDO E CONFRONTAI OS SEUS PREÇOS!
DESCONTOS ESPECIAIS PARA AS MISSÕES CATÓLICAS

168, Rua das Flores, 170 — Telefone: 2 28 86

